Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Silas Professor, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

A competência desta Comissão está prevista no inciso III do artigo 102 do Regimento Interno que assim diz:

III - Serviços, Obras, Transporte e Viação Municipais:¹

a) matérias relativas ao serviço público da administração direta e indireta, inclusive fundacional e autárquica;

b) regime jurídico dos servidores municipais;

c) regime jurídico-administrativo dos bens públicos;

d) prestação de serviços públicos em geral;

e) fiscalização e acompanhamento de obras públicas;

f) matérias atinentes ao funcionalismo público municipal;

g) sistema de transporte público coletivo de passageiros, tráfego e trânsito;

h) exploração, direta ou mediante concessão, de serviço público de transporte e seu regime jurídico;

i) política de educação para segurança do trânsito;

j) sistema viário municipal;

k) ações do Conselho Municipal de Trânsito; e

l) tarifas, itinerários e pontos de parada dos concessionários de serviço público de transporte coletivo.

O objetivo do projeto está totalmente inserido na competência desta Comissão e, diante dos motivos elencados pelo Autor e, com fundamento nos princípios éticos deste Relator, não há como não atender ao objeto da proposição em tela.

2.1 Dos Motivos do Autor:

Consta da Mensagem do nobre Autor o seguinte:

“ MENSAGEM N.º 277, DE 2 DE AGOSTO DE 2019.

Encaminha Projeto de Lei que especifica.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI – ESTADO DE MINAS GERAIS.

1. *Com as manifestações mais cordiais do meu apreço, encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à superior consideração dos membros dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso projeto de lei, que “Altera dispositivos da Lei nº 2.885, de 11 de dezembro de 2013”, que “altera dispositivo da Lei nº 2.297, de 25 de maio de 2005, a qual reestrutura o regime próprio de previdência social do município de Unai (MG) e dá outras providências”, “anteriormente alterada pela Lei nº 3.157 de 30 de maio de 2018”; institui e regulamenta o Plano de Amortização para Equacionamento de Déficit atuarial que especifica, através de aporte financeiro periódico”.*

2. *Importante salientar que a regularidade nos repasses e aprovação da avaliação atuarial contribui para manter o Instituto de Previdência em situação legal junto a Secretaria de Políticas de Previdência Social, conseguindo emitir o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), e com isso evitar eventuais atrasos ou suspensão em repasses dos diversos convênios a ser formalizados com a patrocinadora Prefeitura de Unai.*

3. *Assim, alteração do artigo 2º da Lei 2.885, de 11 de dezembro de 2013 possui o escopo de além de organizar e equilibrar das contas públicas da Prefeitura de Unai, ainda Equacionar o Déficit dos entes junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – UNAPREV.*

4. *Com relação ao impacto orçamentário-financeiro da proposta, cumpre observar que a alteração não modifica alíquota ou qualquer modalidade de valor, inexistindo assim qualquer impacto no orçamento, tanto das patrocinadoras, quanto do RPPS do município. Outrossim, cumpre ressaltar que já há previsão no Orçamento Municipal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual de 2019, nº 3.163, de 25 de Junho de 2018 e ainda, no Plano Plurianual (quadriênio 2018/2021) – Lei nº 3.129 de 14 de Dezembro de 2017.*

5. *São essas, Senhor Presidente, as razões que nos motivam a submeter à apreciação desta Casa Legislativa, o incluso projeto de lei, julgando desnecessário enfatizar a necessidade de aprovação deste, nos termos da Lei Orgânica do Município de Unai e do Regimento Interno Cameral.*

6. *Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me, reiterando a Vossa Excelência e aos demais parlamentares elevados votos de estima, consideração e apreço.*

Unai, 2 de agosto de 2019; 75º da Instalação do Município.

José Gomes Branquinho Prefeito”

Este Relator segue os motivos do Autor na elaboração do Projeto sob comento e sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face do exposto, opina-se favoravelmente ao **Projeto de Lei nº 50/2019**, considerando-os oportunos e convenientes, por enquanto, resguardando-se a liberdade do voto no Plenário.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 21 de novembro de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR SILAS PROFESSOR
Relator Designado